



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Conselho Nacional de Recursos Hídricos

Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras - CTPOAR

SEPN 505, Bloco B, Edifício Marie Prendi Cruz, 1º andar, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.730-542

Fones: (61) 3105-2075/ 2078 Fax: (61) 3105-2081

E-mail: sec.executiva@cnrh-srh.gov.br

Ofício nº 10/2008/CTPOAR/CNRH/MMA

Brasília, 18 de agosto de 2008.

A Sua Senhoria o Senhor

MÁRLEY CAETANO DE MENDONÇA

Presidente da CTAP

Brasília - DF

Assunto: resultado da análise solicitada no Ofício nº 004/2008/CTAP/CNRH/MMA que encaminha proposta de resolução.

Prezado Presidente,

1. Vimos apresentar os resultados da análise técnica da Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladora - CTPOAR da proposta de resolução que estabelece diretrizes e critérios para a deliberação prevista no inciso III do art. 35 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, encaminhada pela CTAP em 06 de maio do corrente.
2. Apesar da solicitação advinda da CTAP demandar a análise apenas dos artigos 2º, 3º e 5º, a avaliação da CTPOAR foi realizada integralmente, verificando o mérito dos termos constantes na proposta e o encadeamento dos artigos para regulamentação do tema.
3. Inicialmente vale a lembrança de que o tema já foi encaminhado à Plenária do CNRH em outras ocasiões, tendo sido matéria arquivada por não atender ao objetivo principal de definição de critérios técnicos para a definição dos projetos de aproveitamentos de recursos hídricos cujas repercussões extrapolem o âmbito dos Estados em que serão implantados.
4. Dessa forma a análise inicial da CTPOAR foi realizada quanto à proposição dos referidos critérios técnicos. Foi verificado que a proposta não contempla os critérios técnicos que definam, de forma clara e objetiva, os projetos que deveriam



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Conselho Nacional de Recursos Hídricos

Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras - CTPOAR

SEPN 505, Bloco B, Edifício Marie Prendi Cruz, 1º andar, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.730-542

Fones: (61) 3105-2075/ 2078 Fax: (61) 3105-2081

E-mail: sec.executiva@cnrh-srh.gov.br

ser encaminhados para deliberação do CNRH. Não estabelecendo tais critérios, a proposta de resolução em análise torna-se prejudicada e abre a possibilidade para o encaminhamento, por qualquer conselheiro, de um projeto entendido por ele como de repercussão em mais de um Estado.

5. Quanto aos projetos a serem avaliados, consideramos que a análise do CNRH deveria contemplar apenas aqueles em que for verificado algum conflito, após análise nos Estados (respectivos comitês, CERHs e autoridades outorgantes) e encaminhamento para parecer do CNRH. Dessa forma, a análise do Conselho visaria à mediação de conflitos entre dois ou mais Estados, em função de alguma autoridade outorgante verificar, em sua análise, repercussão importante de determinado projeto em seu Estado.

6. Outro aspecto avaliado pela CTPOAR e questionado pelo CNRH em suas avaliações anteriores trata das análises previstas do projeto encaminhado. A proposta de resolução em questão não apresenta os aspectos que deveriam ser verificados e as análises a serem realizadas, se políticas ou técnicas. Esse ponto é de grande relevância uma vez que as análises devem considerar aspectos distintos daqueles verificados nas análises de pedidos de outorgas de direito de uso de recursos hídricos, de forma a que o CNRH não assuma atribuições devidas às autoridades outorgantes.

7. De forma geral, consideramos que a proposta de resolução trata apenas de procedimentos administrativos referentes ao encaminhamento e protocolo de projetos, órgãos e entidades que devem ser comunicados, prazos para manifestação de cada câmara técnica ou das entidades consultadas. Tais procedimentos tendem a levar a uma maior burocracia para a aprovação de projetos cuja repercussão em mais de um Estado não foi efetivamente comprovada. Além disso, os prazos estabelecidos para manifestação das câmaras técnicas são extensos e podem inviabilizar a implantação de empreendimentos ou mesmo o prosseguimento de análises técnicas das autoridades outorgantes ou de órgãos ambientais licenciadores.

8. Em síntese, os representantes da CTPOAR não consideraram que a proposta de resolução encaminhada resolve o problema quanto à regulamentação do inciso III do art. 35 da Lei nº 9.433, de 1997, uma vez que não dispõe sobre critérios técnicos para a definição dos projetos que devem ser deliberados pelo CNRH. Além disso, não apresentou solução às demandas e questionamentos dos conselheiros por ocasião das discussões do tema em reuniões plenárias do CNRH. Dessa forma, o texto da proposta de resolução em questão torna-se prejudicado para novo encaminhamento à Plenária do Conselho.

9. Finalmente, a CTPOAR considera que se faz necessária a regulamentação dos incisos II e III do art. 35, da Lei nº 9.433, de 1997, de forma sucinta e direta, devendo ser destacada à disposição de critérios para definição dos empreendimentos cujas repercussões extrapolem o âmbito dos Estados, as análises a



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Conselho Nacional de Recursos Hídricos

Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras - CTPOAR

SEPN 505, Bloco B, Edifício Marie Prendi Cruz, 1º andar, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.730-542

Fones: (61) 3105-2075/ 2078 Fax: (61) 3105-2081

E-mail: sec.executiva@cnrh-srh.gov.br

serem consideradas para a deliberação do CNRH e a forma de encaminhamento, respeitadas as instâncias de negociação inferiores, sendo o objetivo maior a mediação de conflitos, baseada também na análise técnica da respectiva autoridade outorgante.

10. Sendo o que se apresenta no momento, a CTPOAR coloca-se à disposição para futuras análises, juntamente com a CTAP, quanto ao texto substitutivo à proposta de resolução em questão.

Atenciosamente,

LEILA CARVALHO GOMES

Presidente da CTPOAR